



SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA: REFLEXÕES SOBRE RACISMO AMBIENTAL E DESIGUALDADE E SUA INFLUÊNCIA NA SAÚDE BUCAL

Autor(res)

Sara Wanne Alves Silva
Jéssica Haniely Soares De Brito

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FAMA MACAPÁ

Resumo

A trajetória da saúde pública brasileira, é marcada por lutas e pelas adversidades que precedem a saúde como direito subjetivo e irrevogável, conforme o Artigo 196 da Constituição Federal Brasileira de 1988. Acerca disso, a célebre frase do político e jurista brasileiro, Ruy Barbosa, “quem não luta por seus direitos, não é digno de tê-los”, enfatiza que os direitos não são garantidos apenas por existirem, mas exigem ação e participação cidadã para serem mantidos e respeitados. Tal afirmação, se deve ao fato da atual saúde pública do Brasil resultar da conquista popular, que se estende desde o período colonial até a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), no ano de 1990. Esta revisão de literatura objetivou propiciar visibilidade à intrincada relação entre Racismo Ambiental (RA) e a saúde pública no Brasil enfatizando a saúde bucal. A busca foi realizada em bases como SciELO, PubMed e Google Scholar, abrangendo artigos entre 2020 e 2025. Os estudos selecionados reforçam a exclusão social e econômica de comunidades vulneráveis (negros, indígenas, quilombolas e periféricos). Nesse sentido, no que se refere a odontologia, nota-se que o Racismo Ambiental interfere diretamente na saúde bucal da população mais carente, devido a alocação desigual de recursos e serviços de saúde, que concentra as clínicas e os profissionais em áreas mais favorecidas, criando barreiras geográficas e logísticas que dificultam o acesso regular ao tratamento odontológico preventivo e curativo para populações periféricas, ao agravamento de condições de risco caracterizado pela exposição a condições ambientais precárias como falta de saneamento básico, água fluoretada e habitação insalubre. A insegurança alimentar (dieta rica em açúcares e ultraprocessados) leva a uma maior incidência de cárie, doença periodontal e perda dentária nessas comunidades. O Sistema Único de Saúde (SUS) é muitas vezes a única alternativa, mas a sobrecarga e a rotatividade de profissionais em unidades de saúde de áreas vulneráveis comprometem a qualidade e a regularidade dos atendimentos odontológicos. Infere-se, a necessidade que o profissional da odontologia no contexto atual esteja preparado além da técnica, mas para lidar com a sociedade, no que tange às problemáticas que a abrange, na premissa de que o ser humano deve ser compreendido em seus aspectos biopsicossociais para que o tratamento odontológico seja verdadeiramente integral.